



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

[Handwritten signatures and initials]

383/2018

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE
SEGUROS, PELO VALOR GLOBAL DE
208.533,40€, ISENTO DE IVA**

Aos dezassete dias do mês de Setembro do ano 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato.-----

Entre o **MUNICIPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva com o número 502098139, representado por **VITOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **SEGURADORAS UNIDAS, S.A.**, com sede em Avenida da Liberdade, 242, em Lisboa, com o capital social de 182.000.000,00 €, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva 500940231, representada por **JOÃO MARIA DE SOUSA COUTINHO FERREIRA DO AMARAL**, portador do Cartão de Cidadão número 07297437 OZY4, emitido pela República Portuguesa, válido até 03 de Abril de 2022, contribuinte número 185624260, e **ANA CRISTINA BRANCO MARQUES**, portadora do Cartão de Cidadão número 07424892 8ZY5, emitido pela República Portuguesa, válido até 03 de Abril de 2028, contribuinte número 187172110, os quais outorgam na qualidade de procuradores da empresa com poderes para o ato, conforme consta da procuração datada de 27 de Dezembro de 2017, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Presidente de **16 de Agosto de 2018**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica número 147, II Série de 01 de agosto de 2018, foi adjudicado à firma **SEGURADORAS UNIDAS, S.A.**, a "**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS**" pelo valor global de 208.533,40€ (Duzentos e oito mil quinhentos e trinta e três euros e quarenta cêntimos) isento de IVA, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento nas rubricas orçamentais **02/01.03.09.01, e 02/02.02.12.**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

2
f
ru
A

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **6315** e LCPA n.º **10191**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06. -----

SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de seguros, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II - Cláusulas Técnicas do caderno de encargos e na proposta do prestador de serviços que se dá por inteiramente reproduzida. -----

TERCEIRA: O contrato vigorará a partir da data da assinatura do mesmo até ao dia 31 de Dezembro de 2018, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato;-----

O adjudicatário dispõe do prazo máximo de 30 dias para efectuar a transição das apólices existentes à data de entrada em vigor do contrato, salvo se para alguma(s) apólice(s) em particular o Município determinar um prazo superior ao indicado.-----

QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as obrigações previstas nas alíneas a) a j) do número 1, do artº 5º do caderno de encargos.-----

QUINTA: O adjudicatário garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a Edilidade, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou por força da execução do contrato;-----

A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.-----

SEXTA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por causa imputável ao adjudicatário a Edilidade pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária diária de 1%, do preço contratual, cujo valor será deduzido nos pagamentos parciais a efetuar ao adjudicatário. A pena pecuniária acima referida não obsta a que a Edilidade exija uma indemnização pelo dano excedente.-----

SÉTIMA: Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

3

qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 11 da Parte I – Clausulas Gerais do Caderno de Encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.----

OITAVA: As condições de pagamento são as estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei nº 147/2015 de 9 de Abril, que regula o regime de pagamento dos prémios dos contratos de seguros e fica acordado entre as partes o pagamento fraccionado em conformidade com o previsto no mesmo normativo e com a especificidade das apólices em causa.-----

Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.-----

NONA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de violação reiterada das obrigações estabelecidas no caderno de encargos e no incumprimento dos prazos estabelecidos no mesmo.-----

O direito de resolução acima referido exerce-se mediante declaração enviada ao



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

4

prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Edilidade.-----

DÉCIMA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.-----

DÉCIMA PRIMEIRA: O valor global da prestação de serviços é de 208.533,40€ (duzentos e oito mil quinhentos e trinta e três euros e quarenta cêntimos) sem I.V.A. incluído, e para garantia da boa execução dos trabalhos e cumprimento das cláusulas deste contrato, foi prestada a caução correspondente ao depósito definitivo de **cinco por cento**, deste valor, no montante de **10.426,67€** (dez mil quatrocentos e vinte e seis euros e sessenta e sete cêntimos), emitida pelo Novo Banco, S.A. com sede na Av. da Liberdade, nº 195, 1250-142 - Lisboa, através da **Garantia Bancária N00408729**, datada de 22 de Agosto de 2018.-----

DÉCIMA SEGUNDA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA TERCEIRA: Conforme se encontra descrito na parte II – Cláusulas Técnicas do caderno de encargos o contrato visa a contratação das seguintes modalidades, todas de ramos “não vida”:-----

- Seguro de acidentes de trabalho;-----
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais dos Trabalhadores – Programa de Contrato de Emprego e Inserção;-----
- Seguro Frota Automóvel;-----
- Seguro de multiriscos patrimoniais;-----
- Seguro de Responsabilidade Civil – Serviço de Vigilância;-----
- Seguro Frota – Bicicletas partilhadas.-----

DÉCIMA QUARTA: Durante a vigência do contrato apenas se aceitará a atualização dos prémios, em caso de modificação dos capitais seguros, de acordo com a



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

reavaliação dos bens seguros, alteração nos mapas de pessoal ou dos limites legalmente estabelecidos.-----

DÉCIMA QUINTA: De acordo com o previsto no nº 1 do artigo 290º- A do CCP, o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Ricardo Loureiro, Técnico Superior da Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento. -----

DÉCIMA SEXTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Presidente de 16 de Agosto de 2018, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário;-----
- Deliberação de Câmara e Informações técnicas.-----
- Garantia Bancária.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes. -----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

OS SEGUNDOS OUTORGANTES,

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro